DISPOSITIVOS LEGAIS DE RESPALDO ÀS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

[RESOLUÇÃO Nº 213 DE 15/12/2015](#)

Execução Penal e Sistema Carcerário; Igualdade de Gênero;

Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.

LEGISLAÇÃO CORRELATA:

[Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019](#)

Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal.

[Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011.](#)

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.

[Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992.](#)

Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

[Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992.](#)

Promulga o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

[Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991.](#)

Promulga a Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

[Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 - STF](#)

Cabível é a arguição de descumprimento de preceito fundamental considerada a situação degradante das penitenciárias no Brasil. Sistema penitenciário nacional – superlotação carcerária – condições desumanas de custódia – violação massiva de direitos fundamentais – falhas estruturais – estado de coisas inconstitucional – configuração.

[Ação Direta de Inconstitucionalidade 5240 - STF](#)

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Provimento conjunto 03/2015 do Tribunal de Justiça de São Paulo. Audiência de custódia.

ALTERAÇÕES:

[Resolução Nº 254 de 04/09/2018](#)

Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências.

[Resolução Nº 268 de 21/11/2018](#)

Dá nova redação ao § 2º do art. 1º da Resolução CNJ nº 213, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.

[Resolução Nº 414 de 02/09/2021](#)

Estabelece diretrizes e quesitos periciais para a realização dos exames de corpo de delito nos casos em que haja indícios de prática de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, conforme os parâmetros do Protocolo de Istambul, e dá outras providências.

[Resolução Nº 417 de 20/09/2021](#)

Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências.

“Art. 46. Publicada esta Resolução, permanecerá a obrigatoriedade de alimentação do SISTAC enquanto não ocorrer a atualização da atual plataforma eletrônica para o BNMP 3.0.”